

## Embranquecer para civilizar: ideologias racistas na Belle Époque carioca

*Whiten to civilize: racist ideologies in Rio de Janeiro's Belle Époque*



REZENDE, Fábio de Brito\*

 <https://orcid.org/0000-0003-2555-9153>

**RESUMO:** O presente texto propõe um debate acerca da consolidação de ideologias racistas e suas instrumentalizações na ocupação da cidade do Rio de Janeiro, no contexto das reformas urbanas da década de 1900. Partindo de obras que discutem as políticas de branqueamento da nação (Santos, 2022; Moura, 1988) e a ideologia da Higiene (Chalhoub, 1996), junto a outros autores e autoras que desvelam o cenário das relações raciais no Brasil da Primeira República, analisamos os discursos construídos sobre as populações negras e mestiças do país – vinculadas à “insalubridade” e ao “atraso” –, em um momento de profundas mudanças na outrora capital da República. Com isso, alinhamos o debate entre a relação destes discursos com as ações políticas e a efetiva produção da urbanidade republicana carioca no decorrer do século XX, que afetam a população da cidade até hoje.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primeira República; Rio de Janeiro; ideologias racistas; reformas urbanas.

**ABSTRACT:** The present text proposes a debate regarding the consolidation of racists ideologies and their instrumentalizations in the occupation of the city of Rio de Janeiro, within the context of urban reforms in the 1900s decade. Drawing on works that discuss the policies of racial whitening of the nation (Santos, 2022; Moura, 1988) and the ideology of Hygiene (Chalhoub, 1996), alongside other authors who reveal the landscape of racial relations in Brazil during the First Republic, we analyze the discourses constructed about black and mixed-race populations of the country – associated with "unhealthiness" and "backwardness" – during a period of profound changes in the former capital of the Republic. With this we align the debate between these discourses and political actions, as well as the effective production of Rio de Janeiro's republican urbanity throughout the 20th century, which continues to affect the city's population to this day.

**KEYWORDS:** First Republic; Rio de Janeiro; racist ideologies; urban reforms.

*Recebido em: 31/07/2024*

*Aprovado em: 21/04/2025*

---

\* Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET), Rio de Janeiro-RJ, doutorando pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos-SP. E-mail: fabrez@hotmail.com.



## Considerações Iniciais

No fim do século XIX, dois eventos abalaram os paradigmas da sociedade brasileira: a Abolição de 1888 e o Golpe Republicano de 1889 (Santos, 2022). Alicerçada pelos ideais do “amor por princípio, da ordem por base e do progresso por fim” de Benjamim Constant, a República constituiu, unida à Abolição, possibilidades da jovem república brasileira livrar-se das estruturas históricas até então dominantes. Nesse contexto, a escravidão e a monarquia dariam espaço a um novo projeto de nação, inspirado em diversas experiências ocidentais, como a francesa e a estadunidense, purgando a nação do “atraso” em direção a um país “moderno”.

Ademais, no contexto da consolidação de relações de trabalho não mais dependentes do trabalho forçado, a construção retórica da sociedade brasileira, no decorrer do século XIX, se fez através de um repertório ainda fortemente balizado no legado da escravidão, sendo os negros da nação apontados como “âncoras” que atrasavam o tão almejado progresso nacional. Nessa época, notam-se as influências de ideologias racistas (Souza, 2022), que buscavam a legitimação da superioridade branca por meio de teorias pseudocientíficas disseminadas, principalmente, nos campos antropológico e criminal. Dessa forma, conhecidas como *racismo científico*, podemos defini-las como:

[...] uma ideologia disseminada em todo o Ocidente, e não uma crença pontual dos organizadores de *freak shows* e zoológicos humanos que arrastavam multidões por onde passavam. A raça, que até o final do século XVIII era um termo referente a uma espécie de mito de superioridade social e política dos grupos dominantes, ganhou uma roupagem pseudocientífica ao longo do século XIX para justificar a escravização, a colonização e a dominação exercida por parte da população branca ocidental. Foi o racismo científico que deu respaldo moral e teórico para projetos de colonização na África e na Ásia, que pautou as leis Jim Crow nos Estados Unidos e que organizou os pilares da recém-inaugurada República do Brasil (Santos, 2022, p. 180).

Além disso, podemos apontar que a construção da jovem república democrática brasileira, nos últimos instantes do século XIX, não se fez balizada em ideais igualitários: “O que se observa nos primeiros quarenta anos da experiência republicana brasileira foi a edificação de um Estado nacional que manteve a exclusão racial, social e política como engrenagem básica de seu funcionamento” (Santos, 2022, p. 183). Tomando as normas eleitorais vigentes à época como exemplo – as que excluía do processo eleitoral, tanto para

votação quanto para candidaturas das mulheres, dos mendigos e dos analfabetos –, o exercício da cidadania no Brasil era vetado a uma grande maioria de sua população, independente de gênero<sup>1</sup> ou raça.

Ainda assim, a questão racial permaneceu como um mecanismo de controle social central para a produção do projeto de nação da República brasileira. O “problema” do negro no Brasil, que surgiu no horizonte das elites dirigentes do país no decorrer do século XIX, conforme as estruturas escravistas perdiam força – por meio não apenas de leis, como também por meio da mobilização de fugas e de compras de alforrias, auxiliadas por negros libertos –, continuou a assombrar os afãs civilizatórios dos governantes republicanos, após a assinatura da Lei Áurea.

Os homens que comandaram a Primeira República brasileira eram herdeiros daqueles que exerceram o poder no Império do Brasil. E eles deixaram bem nítido que o fim da escravidão não seria a extinção da marginalização econômica, social e política da maior parte da população. Se a República trouxe uma série de mudanças na organização do Estado brasileiro, a raça continuou sendo justificativa da segregação e da discriminação. Outros mecanismos de exclusão foram criados. A partir de 15 de novembro de 1889, o racismo também se fez “coisa pública” e continuou ditando as regras do jogo (Santos, 2022, p. 185).

Dois elementos podem ser destacados como explicativos dos primeiros anos da República brasileira. Primeiramente, a persistência da marginalização da população negra do país, efetivada por meio de ideologias racistas que relegavam aos negros a pretensa incapacidade de se ajustarem aos novos horizontes da vida republicana, e pela aplicação de mecanismos legais, como os códigos de lei que ficavam conhecidos popularmente como as “Leis da Vadiagem”, presentes no primeiro Código Penal republicano do Brasil, de 1890. Embora tais códigos não contivessem, explicitamente, uma conotação racial, versando apenas sobre “os vadios e os capoeiras”, ambos os termos eram frequentemente utilizados para referir-se aos negros que circulavam pelos espaços urbanos da nação. Como “vadios” podemos identificar a massa da população, predominantemente negra, que vivia da informalidade nas capitais urbanizadas do país e migrava constantemente (tanto no interior das cidades quanto entre as províncias nacionais) em busca de novas oportunidades de

---

<sup>1</sup> Ainda que seja importante destacar a agravante na questão de gênero, por conta da proibição do voto feminino.

trabalho, enquanto os “capoeiras” eram cotidianamente noticiados como bandos de desordeiros que viviam a causar sobressaltos entre os cidadãos de bem.

O segundo ponto digno de nota foi a massiva imigração ocorrida durante o período da Primeira República. “Entre 1887 e 1930, aproximadamente 3,8 milhões de imigrantes desembarcaram no Brasil, a imensa maioria de origem europeia” (Santos, 2022, p. 189), concentrada, predominantemente, nas atuais regiões Sul e Sudeste. Nesta última, o maior assentamento de imigrantes ocorreu na província de São Paulo, não apenas com a anuência do Estado, mas também com auxílio financeiro, “[...] por meio de políticas públicas que facilitaram a viagem e a instalação de imigrantes” (Santos, 2022, p. 189) para a expansão da economia cafeeira. Em outras palavras, o governo brasileiro subsidiou a imigração europeia ao Brasil.

É importante questionarmo-nos se tal volume imigratório seria realmente necessário para a composição da força de trabalho no país, sem perder de vista que parte da população negra, após a Abolição, escolheu conscientemente afastar-se dos trabalhos anteriormente realizados por meio da instituição escravista (Santos, 2022). Considerando a população negra já integrada em diversos postos de trabalho e os negros que viviam na informalidade nos centros urbanos brasileiros, muitos dos quais já trabalhavam no campo, importa-nos refletir como estes dois processos (a marginalização dos negros e imigração de brancos) são interligados, encontrando um caminho possível em Moura (1988):

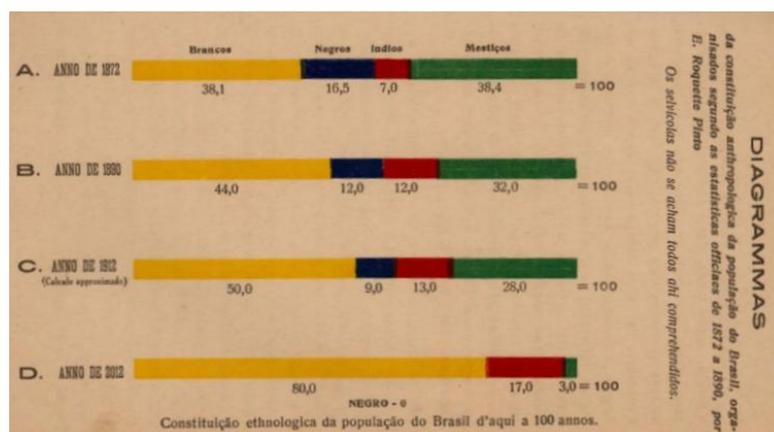
Essa elite de poder que se auto-identifica como *branca* escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se [...] uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro (Moura, 1988, p. 62).

Logo, o processo de imigração predominantemente europeia estava intimamente interligado com a construção de valores positivos da sociedade brasileira na medida que, no espectro oposto, residiam os valores negativos desta mesma sociedade, que foram vinculados às populações negras. Dessa forma, os brancos europeus representavam os ideais de civilização e modernidade, supostamente trazendo do continente europeu toda uma cultura

de trabalho, comportamento e manutenção de famílias – os “bons genes” necessários para o processo civilizatório –, enquanto os negros representavam apenas o atraso e o desajuste.

A ideologia do branqueamento não passava, apenas, pela substituição da população negra do país por milhões de imigrantes, como explicitado na participação brasileira no Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres no ano de 1911. Nesse ínterim, a miscigenação da população seria uma ferramenta eficiente para o embranquecimento do Brasil, e a participação de João Batista de Lacerda e Edgard Roquette-Pinto – os representantes brasileiros no evento, que tiveram suas viagens custeadas pelo governo Hermes da Fonseca – torna evidente que a intenção era de embranquecer a população em cerca de 100 anos, como ilustrado no gráfico a seguir (Imagem 1), publicado em um relatório de Lacerda:

**Imagem 1.** Diagrama publicado no relatório de Lacerda (1911)



Fonte: *O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911): apreciação e commentarios*. Rio de Janeiro, 1911, p. 101.

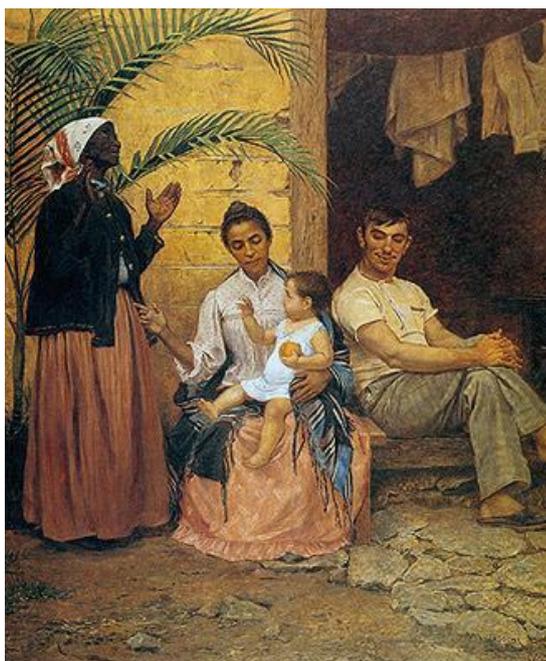
Nessa perspectiva, até o ano de 2012, segundo as estimativas presentes nas pesquisas de Roquette-Pinto e utilizadas por Lacerda para corroborar sua tese (Souza; Santos, 2012), a nação brasileira seria predominantemente branca, contando com um pequeno percentual de indígenas e mestiços, e uma população negra virtualmente inexistente (Lacerda, 1911a). Na compreensão de Lacerda,

[...] esse processo deveria ocorrer por três motivos principais. Em primeiro lugar, devido à “seleção sexual”, os mulatos procurariam sempre encontrar parceiros que pudessem “trazer de volta seus descendentes para o tipo branco puro”, removendo os aspectos característicos da “raça negra”, inclusive o atavismo. Além disso, a crescente entrada de imigrantes europeus no país, somada aos problemas sociais, e o

abandono que os negros foram obrigados a enfrentar desde a abolição, traziam a perspectiva futura de uma nação inteiramente branca. E num tom comemorativo, concluía que o Brasil caminhava para ser “um dos principais centros da civilização do mundo” (Souza; Santos, 2012, p. 754).

Podemos identificar uma representação pertinente deste contexto no quadro *A Redenção de Cam*, de 1895, pintado por Modesto Brocos (Imagem 2). Esta pintura, inclusive, é representada nas primeiras páginas de outro texto de Lacerda, intitulado *Sur les metis au Brésil – “Sobre os mestiços do Brasil”, em tradução livre –*, ao lado da frase *Le Nègre passant au blanc, à la troisième génération, par l’effect du croisement des races – “O negro passando para o branco, na terceira geração, pelo efeito do cruzamento de raças”, em tradução livre* (Lacerda, 1911b). No quadro, é ilustrada uma família composta por uma mulher negra, já idosa, que aparenta estar agradecendo aos céus por uma benção, uma jovem mulher miscigenada (que inferimos ser sua filha) com uma criança branca em seu colo e um homem branco, que aparenta ser seu parceiro, que sorri ao olhar em direção à criança. Existem vários elementos na pintura dignos de uma minuciosa reflexão, mas aqui nos debruçaremos apenas nesta cena e no nome do quadro, que em conjunto apresentam um resumo bem sucinto do discurso da comitiva brasileira enviada a Londres, em 1911.

**Imagem 2.** *A Redenção de Cam* (Pintura de Modesto Brocos, 1895)



**Fonte:** Enciclopédia Itaú Cultural (online)

O plano era vender o Brasil como uma promessa de futuro, cujo sucesso seria iminente conforme se tornava um espelho dos ideais eurocentrados de suas elites. Era necessário expurgar a “mácula” de Cam por meio da “redenção” do embranquecimento, e o pensamento eugênico, popular na época em escala global (pelo menos até os horrores apresentados pela prática adotada às últimas consequências pela Alemanha nazista) assegurava que os “genes fortes” dos brancos eventualmente solapariam os “fracos” genes negros, incapazes de se adaptar a uma sociedade urbanizada.

Ademais, o branqueamento, como já apontado, não foi conduzido apenas pelo caráter (supostamente) biológico, mas também por uma imposição comportamental, que poderia “remediar” os males de raças inferiores através das instituições de ensino. Para isso, a educação cumpriu papel fundamental na construção dos ideais de progresso nacional, racialmente orientados. Logo, as escolas serviriam, na visão de seus gestores, como “clínicas” onde poderiam ser curados os “males” da mestiçagem (Dávila, 2006).

Os alicerces das estruturas educacionais brasileiras, no fim da década de 1910, foram erigidos sobre o legado histórico de negatização da figura dos negros do país, desajustados para o esforço de civilização necessário para o nascimento de uma república bem-sucedida. Nesse contexto, não por acaso, foi cogitada a criação de um ministério conjunto de Educação e Saúde na época, evidenciando a maneira como o esforço educacional da Primeira República estava intimamente relacionado às políticas higiênicas do período, proposta animada por teorias que vinculavam mestiçagem e degeneração, além de uma pretensa predisposição de indivíduos ao crime (Dávila, 2006). Em suma, tais pensamentos eram racialmente orientados, e era a negritude que despertaria esta tendência criminosa nos brasileiros. A intervenção educacional poderia, se não reverter, ao menos suprimir esta predisposição. Novamente, se faz evidente o papel de destaque dado ao debate racial para a formulação das bases da sociedade brasileira nos primeiros anos da República:

Quando os intelectuais e funcionários públicos brancos progressistas começaram a implantar a educação pública universal no Brasil na primeira metade do século XX, seus motivos e ações foram influenciados pela ideologia racial em três formas gerais. Primeiro, basearam-se em séculos de dominação por uma casta de colonizadores europeus brancos e seus descendentes, que mandavam em seus escravos, povos indígenas e indivíduos de ascendência mista. Durante séculos, essa elite branca também recorreu à Europa no empréstimo de cultura, ideias e autodefinição.

Segundo, embora esses intelectuais e formuladores de políticas tivessem se tornado cada vez mais críticos em relação a essa herança (indo até o ponto de celebrarem a mistura racial), invariavelmente vinham da elite branca e permaneciam presos a valores sociais que, depois de séculos de colonialismo e dominação racial, continuavam a associar brancura a força, saúde e virtude – valores preservados e reforçados por meio da depreciação de outros grupos. Terceiro, como criaram políticas educacionais em busca de um sonho utópico de um Brasil moderno, desenvolvido e democrático, sua visão era influenciada pelos significados que atribuíam à raça (Dávila, 2006, p. 23).

Logicamente, a construção retórica dos negros como corpo criminal e sua inferiorização constante em favor de indivíduos que se aproximassem fenotipicamente dos brancos surtiu um efeito potente nas populações negras da nação, e entre as estratégias de sobrevivência e de assimilação à sociedade, surgiu a *fuga*. Essa fuga não é literal, como a praticada pelos escravizados que escapavam de seus cativeiros e se embrenhavam na mata fechada, formando quilombos e resistido tanto quanto podiam à realidade da escravidão. A fuga aqui mencionada foi a fuga *de si mesmos*, de suas identidades e pertencimentos. Assim, era necessário *embranquecer*, não apenas em uma perspectiva fenotípica, mas também nos seus hábitos e costumes, agravados pelo legado histórico do colonialismo.

O colonizador luso estabeleceu, no Brasil, um mecanismo neutralizador da consciência étnica do negro através de uma *verbalização democrática*. Isto levou a que grandes segmentos negros, tendo introjetado esta ideologia do colonizador, procurasse passar por *brancos*, ou, pelo menos, promover-se na escala cromática que o colonizador estabeleceu, tendo como modelo superior a ser alcançado o *branco*. Esta política fenotípica procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros fujam das suas origens, procurando assimilar a escala de valores e padrões brancos (Moura, 1983, p. 126).

Portanto, para essa população que tinha marcada em suas peles a antítese da modernidade brasileira, tal fuga limitava-se às oportunidades de compor um mercado de trabalho que relegava a este contingente os trabalhos mais precários, e as piores condições de habitação. Empurrando-os em direção, primeiramente, dos cortiços e, posteriormente, às favelas cariocas, a construção de estigmas que ligavam negritude à degeneração, pobreza e vício se inscreveu — no século XIX, e além — no território da cidade do Rio de Janeiro.

**“O Rio civiliza-se”: Ideologia da Higiene na *Belle Époque* carioca**

Após a Abolição, ocorrida em 1888, o “problema” do negro brasileiro foi ressignificado a partir dos parâmetros estabelecidos pelas ideologias racistas que influenciavam os cânones intelectuais e científicos da nação, na virada do século XIX para o XX. Não por acaso, a ideia de “classes perigosas” surgiu em debates da Câmara de Deputados do Império do Brasil nos meses seguintes à assinatura da Lei Áurea, refletindo a preocupação da classe política com a organização do trabalho no pós-Abolição (Chalhoub, 1996).

Inicialmente, o termo “classes perigosas”, surgido no decorrer do século XIX, referia-se a elementos marginalizados da sociedade – pessoas que já haviam sido presas, ou que subsistiam a partir da prática de pequenos furtos e roubos (Chalhoub, 1996). Os ilustres membros da política brasileira imperial, preocupados com o grande mal que a abolição pretensamente representava para as estruturas do trabalho da sociedade brasileira, apressaram-se em cooptar esse termo amplo e abrangente, correlacionando pobreza, vício e degeneração sob um mesmo guarda-chuva, e operando, até mesmo, “pobres” e “viciosos” como sinônimos.

[...] para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial: em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão “classes pobres e viciosas”, vemos que as palavras “pobres” e “viciosas” significam as mesmas coisas para os parlamentares (Chalhoub, 1996, p. 21).

Os debates parlamentares em questão, aludiam à formulação de uma legislação que conseguisse dar conta do mundo do trabalho e controle de corpos brasileiros posteriores à abolição; ou seja, o germinar das “Leis da Vadiagem”. Como já mencionado anteriormente, apesar de não conter mecanismos explícitos de controle racial nestas legislações, “[...] o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de ‘classes perigosas’ no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais” (Chalhoub, 1996, p. 23). A transição do trabalho escravizado (ainda que, em grande parte, já estivesse virtualmente erradicado na assinatura da Lei Áurea) para o trabalho livre predispôs uma ressignificação da figura do negro na sociedade brasileira, muito bem sintetizada na pergunta que Moura (1977) destacou no título de uma de suas obras. *Negro: de bom escravo a mau*

*cidadão?* Suas reflexões sobre o que seria o “mau cidadão” produzido pela sociedade brasileira durante a República se consolidam através da percepção de que os negros, descendentes de escravizados, são aqueles que vivem às margens (sociais, econômicas, regionais) e que nunca foram devidamente assimilados no que poderíamos chamar de “cidadania brasileira”, justamente pelo legado da escravidão (Moura, 1977).

A construção da condição de inferioridade do negro em relação ao branco na sociedade brasileira representa uma base retórica que naturalizou a hierarquização social brasileira e a condição dos negros como base da pirâmide socioeconômica do país. Desse modo, há um agravante que, supostamente, sem os mecanismos de repressão do sistema escravista, os negros não seriam capazes de competir satisfatoriamente com os brancos, em todos os aspectos:

A imagem abstrata que os estratos superiores que se julgam brancos têm do negro é reflexa dessa realidade social, econômica e cultural na qual ele se encontra imerso. Concluem daí que ele não tem condições para desfrutar da liberdade, pois dissipa-a na cachaça, no amor livre e na maconha. Para estes estratos, o negro, desde que conseguiu livrar-se do cativeiro vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco, que é visto como membro de uma raça mais inteligente, *limpo*, culto, que pauta o seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar (Moura, 1977, p. 19).

Temos, então, duas ideias que se correlacionam. Primeiramente, as reflexões de Chalhoub sobre a conexão entre pobreza, vício e trabalho, a qual o “não-trabalho” seria o pior elemento da degeneração social. Em segundo, as dinâmicas abordadas por Moura, que naturalizavam a inferioridade dos negros na competição com os brancos por melhores condições de vida, de trabalho e seu desajuste “congenito”, ou seja, geneticamente estabelecido. Podemos, a partir destas reflexões, desvelar os caminhos que foram tomados nos discursos políticos do Brasil republicano e na criação de novos mecanismos de controle social, em substituição ao cativeiro da escravidão, pois considerava-se necessário manter esse contingente sob controle constante para garantir sua produtividade e sua utilidade na unidade social brasileira.

Na discussão sobre a repressão à ociosidade em 1888, a principal dificuldade dos deputados era imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativeiro. Na

escravidão, em última análise, a responsabilidade de manter o produtor direto atrelado à produção cabia a cada proprietário individualmente. Este organizava as relações de trabalho em sua unidade produtiva através de uma combinação entre coerção e medidas de proteção e “recompensas” paternalistas — uma combinação sempre arriscada, aprendida no próprio exercício cotidiano da dominação. Com a desagregação da escravidão, e a conseqüente falência das práticas tradicionais, como garantir que os negros, agora libertos, se sujeitassem a trabalhar para a continuidade da acumulação de riquezas de seus senhores/patrões? (Chalhoub, 1996, p. 23)

As posições, então, variavam entre duas vertentes: a) necessidade de controle estatal que, de forma paternalista, tutelaria a população negra através da educação e do trabalho de forma a consolidar sua integração à “civilização” republicana brasileira; b) desajuste congênito, uma mácula carregada no sangue dos negros, que os predisponha ao crime, ao vício e, sem mecanismos de domínio que substituíssem as violências do cativo, a ociosidade, para a qual era exigida a ação política na direção de “limpar” a sociedade brasileira desse mal. Ambas as vertentes eram, logicamente, legitimadas pela disseminação de ideologias racistas que supostamente comprovavam a inferioridade dos negros e justificava uma ação enérgica dos mecanismos de controle estatal para que fossem ora “corrigidos”, ora “expurgados”.

Logo, nos últimos anos do século XIX, foi mobilizado o que Chalhoub veio a chamar de *ideologia da Higiene*, que já havia se consolidado no combate aos cortiços durante o Império, em meados dos Oitocentos, e permeado o debate político brasileiro nas primeiras décadas da República. Esta ideologia se alicerçaria em duas bases: a primeira seria a crença de haver um *caminho para a civilização*, válido para qualquer sociedade, desde que seus líderes se comprometessem à condução deste processo; a segunda seria a certeza de que este caminho em direção ao *Progresso* se firmaria por meio da intervenção na higiene pública (Chalhoub, 1996). O resultado destas operações mentais foi:

[...] o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia, ou seja, um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolítica da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” — isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral — de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes (Chalhoub, 1996, p. 35).

Entendemos que a problemática central desta lógica, revestida de caráter “científico”, “técnico”, “racional” e “neutro” e mobilizada por médicos, criminalistas e políticos brasileiros, acabou por rastrear a fonte dos males sociais da nação, encontrando nos pobres este alicerce. Os pobres representariam, como “classes perigosas”, um duplo risco à sociedade: o de desorganização do mundo do trabalho e o de degeneração social, correlacionando sua condição social de pobreza através da “metáfora do contágio” (Chalhoub, 1996). Em resumo, foi mobilizada uma poderosa analogia que apontava que, da mesma forma que doenças contagiosas ou pragas, a pobreza tendia a se proliferar sem uma vigorosa intervenção institucional. Ao mesmo tempo, apontava que as futuras gerações poderiam ser remediadas por meio da ação governamental, suprimindo a ociosidade dos adultos e intervindo, pela educação, na realidade dos mais jovens (Chalhoub, 1996).

Outrossim, não apenas de analogias viviam os agentes políticos da época, e a realidade imposta aos cariocas no decorrer do século XIX foi a disseminação de diversas doenças contagiosas que assolavam a capital do país. Nesse sentido, Focos de febre amarela e tuberculose eram frequentemente identificados nas habitações populares dos cortiços, agravados pelas mudanças na ocupação urbana do Rio de Janeiro, que sofreu um considerável aumento populacional no decorrer do século. Essa alteração demográfica ocorreu tanto pela imigração portuguesa quanto pela migração interna de negros livres, libertos, e dos escravizados “de ganho” que conseguiam meios de subsistência suficientes para alugar uma cama nos cortiços cariocas, e não mais moravam na residência de seus senhores, garantindo certa autonomia de vida. Este aumento populacional levou ao agravamento destas epidemias, e a associação entre pobreza e doença só se fez, para a interpretação dos cientistas da época, mais evidente.

[...] os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação analisavam a “realidade”, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (Chalhoub, 1996, p. 29).

Nesse contexto, não eram as condições precárias de habitação que tornavam estes locais insalubres. A própria existência destes indivíduos era o que predispunha as condições

de insalubridade identificadas e corroboradas pela quantidade de epidemias que assolavam a cidade e tinham como epicentro essas moradias. De certa forma, isso isentava o poder público de sua culpa na histórica negligência referente à oferta de moradias que minimamente satisfizessem condições dignas de vida para as classes populares da cidade: desde a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, o déficit habitacional no Rio de Janeiro foi um problema que afetou diretamente o cotidiano dos cariocas e dos novos migrantes portugueses que se deslocaram com a Família Real para a cidade (por volta de 10 mil lusos, pelas estimativas mais conservadoras<sup>2</sup>). O surgimento e expansão dos cortiços no Rio de Janeiro, no decorrer do século XIX foi, então, uma estratégia que possibilitou a habitação dos contingentes mais pobres da cidade em um contexto de aumento paulatino nos custos de habitação carioca.

Nesse ínterim, considerando o legado histórico de discriminação às populações negras do Brasil, a construção negativa da população marginalizada brasileira recaiu, com maior peso, nos negros (como ainda o é, se analisarmos números referentes à violência, mortandade, encarceramento e oportunidades de trabalho no Brasil organizados pela cor da pele). Para isso, os estigmas de “vício”, “sujeira” e “insalubridade” foram fortemente relacionados a esse contingente populacional.

O negro marginalizado [...] é visto através de racionalizações como *sujo*, incapaz de disputar com o branco a liderança da sociedade, nos seus diversos níveis. Fazem uma ligação reificada, para usarmos a terminologia lukacsiana, entre a etnia negra e a situação de pobreza, exploração e delinquência a que os seus elementos marginalizados pela sociedade capitalista chegaram, especialmente nas grandes cidades. A partir daí conclui-se que se ele se encontra presentemente marginalizado e em situação inferior ao branco, isto se deve fundamentalmente, à sua própria incapacidade e não às barragens de peneiramento que lhe foram impostas (Moura, 1977, p. 19).

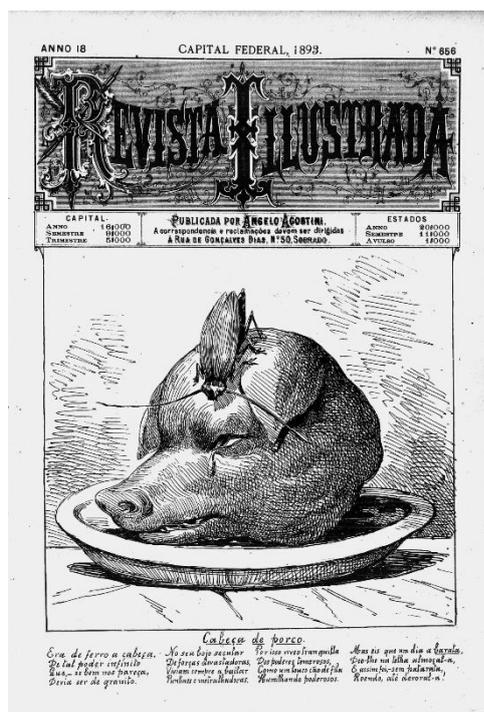
Em adição, na esteira dos esforços de modernização da cidade acelerados pela instauração da República, foram frequentes as conexões entre os cortiços e as favelas como áreas “infestadas” pelas classes perigosas. Ou melhor, nas palavras de Campos (2010), um “[...] espaço criminalizado do Rio de Janeiro”, como aludido no título de seu livro. Os cortiços eram vistos como incubadoras de doenças e antros de criminosos. Na década de 1890, no

---

2 Informações referentes ao website *Brasil 500 Anos*, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: IBGE | Brasil: 500 anos de povoamento | território brasileiro e povoamento | imigração de transição (1701-1850) .

termo do prefeito Barata Ribeiro, o cerco aos cortiços ganhou renovado vigor, levando à demolição do mais simbólico cortiço carioca, o *Cabeça de Porco*, que contou com grande cobertura da imprensa da cidade, antes e após a demolição. As alusões heroicas ao prefeito que finalmente “decapitou” o *Cabeça de Porco* (Figura 3) foram amplamente propagadas em grandes jornais da época, como o *Jornal do Brasil*, e um clima de otimismo permeava as notícias referentes ao simbólico evento. Sem que grande parte destes ilustrados escritores – e dos políticos que tornaram a demolição do cortiço realidade – percebessem as consequências<sup>3</sup> que este ato de expulsão sem nenhuma alternativa de moradia fosse apresentada, na esteira deste fatídico evento, as favelas assumiriam, nos anos seguintes, o posto de antagonistas da cidade.

**Imagem 3.** Capa da *Revista Illustrada* em fevereiro de 1893



**Fonte:** *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, nº 656, fevereiro de 1893, p. 1.

Nos anos seguintes à Guerra do Paraguai (1864-1870) e ao cerco a Canudos (1896-1897), com o afluxo de veteranos em direção ao morro da Providência (Campos, 2010), a alcunha de região ocupada por desertores, praças e veteranos violentos animou os discursos

<sup>3</sup> Cerca de 400 pessoas ainda residiam no cortiço no dia de sua demolição, apesar de diversas notificações de despejo terem sido emitidas e ignoradas.

da imprensa enquanto criavam uma retórica de guerra contra o morro da Favela, que surgiu na imprensa nos primeiros meses do século XX. Notícias foram publicadas com títulos que deixavam poucas dúvidas sobre o discurso que se queria construir sobre a Favela: *Cenas de sangue* e *Favela Vermelha* são alguns exemplos constantemente mobilizados para se referir à rotina dos vagabundos, gatunos, bandidos, navalhistas, capoeiras, viciados, e degenerados que habitavam aquele “antro infecto” de criminosos.

No decorrer da década de 1900, ao passo que a Favela se tornava notória nas colunas criminais dos diversos jornais cariocas, outro prefeito da cidade assumiu as rédeas de um grande processo civilizatório que tornaria o período um marco histórico do Rio de Janeiro. Unido a um conjunto de ações realizadas pelo presidente Rodrigues Alves, o prefeito Pereira Passos conduziu um conjunto de reformas que visava transformar a capital brasileira em uma “Paris dos Trópicos”. Inspirado pelas intervenções realizadas pelo Barão de Haussmann, prefeito parisiense em meados do século XIX, Passos realizou um conjunto de intervenções urbanísticas radicais, como o alargamento de diversas vias e a padronização das fachadas dos prédios. Mais que uma revolução estética, as “Reformas Passos” (como são mais comumente conhecidas), visavam uma transformação dos usos do espaço urbano carioca.

A transformação da forma urbana visava sobretudo resolver as contradições que ela apresentava. Era imperativo agilizar o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto. Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais. Nesse sentido, o rápido crescimento da cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico), e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam “status” às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil” (Abreu, 2022, p. 81).

Para isso, Passos, assim que assumiu a prefeitura, reorganizou a Comissão da Carta Cadastral da cidade, instituindo uma ordem de recuo progressivo dos edifícios e a uniformização do alinhamento das ruas da cidade (Abreu, 2022). Tomando como exemplo as ruas Salvador de Sá e Mem de Sá, que ligariam o Estácio à Lapa, as vias de 17 metros foram

concretizadas a partir da demolição do morro do Senado e, também, “[...] inúmeras casas que serviam de residência às populações pobres [...]. Iniciava-se, assim, com impetuosidade, o processo de renovação urbana das freguesias centrais, que viria a atingir principalmente os quarteirões operários” (Abreu, 2022, p. 82).

Outras vias do centro urbano do Rio de Janeiro foram reformadas, seguindo normas similares de largura das vias e causando consequências similares nos processos de expulsão das classes mais pobres em direção a outras regiões da cidade – como cortiços ainda não saneados e morros como Providência, Favela e Santo Antônio. Para além dos processos de padronização de edifícios e alargamento das vias, Passos determinou outros processos – intervenções de caráter mais estético – nos distritos da cidade:

Quanto a obras de embelezamento propriamente ditas, várias foram as ações empreendidas por Passos. A Praça XV, o Largo da Glória, o Largo do Machado, a Praça São Salvador, a Praça Onze de Junho, o Passeio Público, e a Praça Tiradentes, foram agraciados com estátuas imponentes e/ou tiveram seus jardins melhorados; as ruas do Centro, Botafogo e Laranjeiras passaram por um surto de arborização e as estradas do Alto da Boa Vista sofreram várias modificações. Além disso, foram construídos pavilhões arquitetônicos em determinados pontos da cidade (Pavilhões de Regatas e Mourisco, em Botafogo, Vista Chinesa, Pavilhão do Campo de São Cristóvão), além de “um teatrinho Guignol para a petizada” na Praia de Botafogo. Deu-se início, ainda à construção do Teatro Municipal, em terreno adquirido pela Prefeitura por 551:875\$000. Esta obra, que teve toda a sua estrutura metálica importada da França, era, segundo uma artista francesa em visita ao Rio e presente à inauguração “*plús riche que celui de l’Opera de Paris*” (Abreu, 2022, p. 84).

Passos reforçou, também, alguns mecanismos de repressão que, em grande medida, afetaram as populações negras da cidade. Ao proibir, por mecanismos legais, o comércio ambulante e a mendicância, afetou duplamente o direito de circulação de negros cariocas no centro urbano: as quituteiras que vendiam seus produtos nas feiras do centro da cidade passaram a ser reprimidas pela autoridade pública, enquanto a proibição da mendicância reforçava ciclicamente a aplicação arbitrária das Leis da Vadiagem (Abreu, 2022).

De forma a destacar o peso que as Reformas Passos tiveram na rotina das camadas mais pobres do Rio de Janeiro, apontamos a partir de Abreu (2022) que, apenas para a construção da Avenida Central – atual Rio Branco – a quantidade de habitações demolidas varia entre duas e três mil. Novamente, importa destacar que tal processo não foi acompanhado de políticas públicas que pudessem efetivamente mitigar o déficit populacional da cidade, que foi agravado pelas próprias ações do poder público na década de 1900. Apesar

de algumas poucas vilas operárias terem sido finalizadas no período, foram insuficientes para abrigar tamanho contingente de trabalhadores forçados a se deslocar pelo Rio de Janeiro. Parte considerável deste contingente passou a ocupar, também, os morros já ocupados há décadas por consequência da histórica negligência governamental para com os grupos marginalizados da sociedade brasileira. A Favela (que em alguns anos viria a se tornar sinônimo de habitações precárias espalhadas pelas encostas do Rio de Janeiro, sejam nos distritos centrais ou nos subúrbios mais distantes), continuou crescendo em tamanho – alimentada pelas dinâmicas de ocupação espacial no contexto das reformas urbanas e intervenções sanitárias nos cortiços – e notoriedade, ganhando cada vez mais destaque nas colunas criminais dos diversos jornais cariocas. A violência tornou-se rotina (Figura 4), aos olhos dos escritores que, em grande medida, nunca haviam pisado nos espaços que tão avidamente criticavam por meio de suas palavras.

**Imagem 4.** Charge “Prato de todo o dia”



**Fonte:** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, nº 101. 11 de abril de 1909, p. 1.

Nesse contexto, foram realizadas campanhas sanitárias no morro da Favela, como as lideradas pelo médico Oswaldo Cruz em 1907, durante a prefeitura de Sousa Aguiar. Essas campanhas não conseguiram cumprir com seus objetivos (o total saneamento da Favela, ainda no ano de 1907), mas o sucesso parcial na demolição de um dos setores do morro acabou por dispersar uma parte deste contingente em direção a outros espaços da cidade. A “sucursal da Favela” surgiu próxima à estação de Dona Clara, nos subúrbios do Rio de Janeiro (Rezende, 2023), acompanhada pelos discursos mobilizados pela imprensa, de um antro de criminosos propício à disseminação de vícios, que ameaçavam a moral carioca e a vida dos cidadãos

corretos. O “Século das Favelas”, como brilhantemente definido por Chalhoub (1996), estava apenas começando, animado por discursos de “civilização” e “progresso nacional” racialmente orientados.

É importante ressaltar que as repercussões da ideologia da Higiene não ficaram temporal e espacialmente alocadas na década de 1900. O discurso higienista esteve presente em diversos projetos e intervenções urbanísticas que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro nas décadas seguintes: ainda na década de 1900, a finalização do aterramento do morro do Senado, em 1906, que deu lugar à atual Praça da Cruz Vermelha; a demolição do morro do Castelo, ocorrida em 1922, que partia da premissa de melhorar a circulação de ar do centro urbano (um resquício da teoria dos miasmas, que relacionava maus cheiros a vetores de doenças), escondendo o fato de ali, também, encontrarem-se assentados uma grande quantidade de pessoas pertencentes às classes mais pobres da cidade; por fim, a demolição do morro de Santo Antônio, na década de 1950.

Nesse período, a ideologia da Higiene atuou de forma coordenada com a especulação imobiliária, na valorização dos terrenos que eram desocupados. O discurso médico e técnico aliou-se, novamente (assim como havia acontecido décadas antes durante a demolição do Cabeça de Porco), à dinâmica do Capital para a remodelagem da Capital brasileira.

### **Considerações finais**

O texto propõe reflexões que buscam articular as ideologias racistas que alicerçaram a produção científica brasileira com os planos de ocupação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro na década de 1900, os primeiros passos de uma infante república. Considera-se que tais pensamentos, que buscavam uma sistematização racional de temáticas como “civilização” e “progresso” para a construção de uma moderna nação brasileira foram orientadas a partir de um conjunto de teses, atualmente definidas como racismo científico, que indicavam os aspectos necessários para o nascimento de um “Brasil do futuro”.

Primeiramente, foi construído o “brasileiro ideal”: branco, europeu, naturalmente civilizado, moralmente ilibado e capaz de competir no novo mercado de trabalho brasileiro, que havia superado, enfim, o sistema escravista. Em segundo, estabelece a figura do “criminoso nato”: negro ou mestiço, de ascendência africana, selvagem por natureza, propenso ao crime, à preguiça, à promiscuidade, e incapaz de integrar o mundo do trabalho moderno sem estruturas de controle corporal, como as violências da tortura e do trabalho

forçado da escravidão. Nos primeiros anos da República, esta hierarquização tomou ares de política pública com a imigração em massa de milhões de europeus para ocupar os espaços sociais, os quais os negros nacionais supostamente seriam incapazes de assumir.

Portanto, busca-se apontar algumas ideias: a ideologia do branqueamento apontava rumos para o progresso nacional diretamente associados ao embranquecimento de sua população (tanto biológico – por meio da imigração em massa de europeus e do incentivo à miscigenação racial com o propósito de realizar a “Redenção de Cam” – quanto comportamental – pela fuga do *negro* de si na tentativa de integrar o corpo social brasileiro e pelas instituições educacionais, umbilicalmente conectadas à retórica sanitária da época); o embranquecimento da população uniu-se à ideologia da Higiene, que associava a construção da civilização com as ações de higienização da sociedade, influenciando as políticas de ocupação dos espaços da cidade do Rio de Janeiro, ainda no Império – presente nas políticas de combate aos cortiços, habitações predominantemente ocupadas por negros – e, novamente, durante a República – no cerco ao cortiço *Cabeça de Porco* e, posteriormente, nas intervenções da Higiene nas favelas cariocas. As Reformas Passos, que buscavam, além de uma revolução estética e dos usos da cidade na materialização de uma “Paris dos Trópicos”, o saneamento do centro urbano do Rio de Janeiro, seriam também diretamente influenciadas pela “cientificidade” destas ideologias. Dessa forma, a produção do espaço carioca, fundamentou-se na exclusão de uma massa negra e pobre da população, em grande medida já marginalizada pelo legado nefasto da escravidão.

## Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro* – 5a ed. Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos, 2022.

CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” do Rio de Janeiro* – 3a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LACERDA, João Baptista de. *O Congresso Universal da Raças reunido em Londres (1911): apreciação e comentários*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1911a.

LACERDA, João Baptista de. Réplica à crítica da memória – Sur les métis au Brésil. In: LACERDA, João Baptista de. *Informações prestadas ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1911b. p. 85-101.

MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. *Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo*. Salvador: Afro-Ásia, 1983.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

REZENDE, Fábio de Brito. “A perdição nos subúrbios”: racismo e modernidade no distrito suburbano de Irajá (1890-1920) (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

SOUZA, Mário L. Hegemonia e a questão racial. In: GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro; FERREIRA, Maria Onete Lopes; CHABALGOITY, Diego (orgs.). *Soberania nacional e participação popular: ensaios críticos sobre o significado do bicentenário da independência*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. *O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.